

PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Projetos e Licenciamento Ambiental destina-se a esse processo de implantação de políticas públicas responsáveis para o uso correto do espaço que vivemos. E analisa as propostas ambientais e suas implicações para as práticas educativas. Para tanto, refletir sobre o papel da Ciência e da Tecnologia na sociedade requer não apenas um novo olhar sobre o curso de Projetos e Licenciamento Ambiental, mas, sobretudo, instrumentalizar das variadas ferramentas, hoje acessíveis e disponíveis por meio de uma Formação voltada para a utilização dos recursos tecnológicos, através de metodologias inovadoras, de modo particular as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

OBJETIVO

Ampliar a compreensão de concepções acerca dos principais tipos de Projetos e Licenciamento Ambiental e refletir sobre as respectivas implicações para o exercício das questões ambientais.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO № 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO № 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO № 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Servico social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

131 Meio Ambiente e Sustentabilidade 45	;
---	---

APRESENTAÇÃO

O conceito de meio ambiente e a crise socioambiental mundial; As sociedades humanas e os processos da dinâmica ambiental; Ampliar os conceitos de paisagem, lugar e território, explicitando os vínculos socioculturais com os ambientes; O conceito de sustentabilidade e a dimensão cultural, do imaginário coletivo e da subjetividade nas formas de produção da subsistência humana e nos diferentes modelos socioeconômicos.

OBJETIVO GERAL

• Promover uma análise teórico metodológica sobre os aspectos influenciadores do meio ambiente e a sustentabilidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Discutir os conceitos norteadores sobre o meio ambiente; • Compreender os princípios da educação ambiental; • Promover discussão sobre as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(MEIO) AMBIENTE CONSTRUINDO O CONCEITO DE MEIO AMBIENTE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE MEIO AMBIENTE E SAÚDE RECURSOS NATURAIS E RECURSOS AMBIENTAIS O QUE É AGENDA 21? INTERAÇÃO HOMEM-AMBIENTE: CONSUMO E CIDADANIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA LIXO E RECICLAGEM RESÍDUOS AGRÍCOLAS COMPOSTAGEM ATERRO SANITÁRIO CHORUME LIXÃO COLETA SELETIVA POLUIÇÃO EFEITO ESTUFA ENERGIA LIMPA E BIODIESEL ISO 14000

REFERÊNCIA BÁSICA

ART, W. H. Dicionário de ecologia e ciências ambientais. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 1998. CARVALHO, I. C. M. 2001. Qual educação ambiental? Agroecologia e desenvolvimento rural e sustentável 2. 2001. CHING, W. H. Biodiesel. São Paulo: SEBRAE, 2006.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DULLEY, R. D. 2004. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. São Paulo, 2004. LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001. SILVA, P. P. Lima e; GUERRA, A. J. T.; MOUSINHO, P.; Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais. Rio de Janeiro: Thex. NEVES, E.; Tostes, A. Meio Ambiente: a lei em suas mãos. Petrópolis: Vozes, 1992. PRIMACK, R. B. RODRIGUES, E. Biologia da Conservação. Londrina: Rodrigues, 2001

PERIÓDICOS

SMA/SP (Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo). Conceitos para se fazer educação ambiental (Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3.ed. São Paulo: A Secretaria, 1999

75	Pesquisa e Educação a Distância	30
----	---------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI № 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. ______. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

127	Direito e Legislação Ambiental	45

APRESENTAÇÃO

Política e Legislação Ambiental. Política Nacional de Meio Ambiente. Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Meios administrativos vos e judiciais de proteção ambiental. Legislação específica: unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental. Resoluções do CONAMA. Impacto, dano, culpa, responsabilidade e indenização. Áreas de preservação.

OBJETIVO GERAL

• Análise da legislação ambiental que regulamentam a relação do homem com o território e o meio ambiente que o integra e a política nacional do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Reconhecer as principais diretrizes internacionais de meio ambiente; • Posicionar-se sobre a Legislação Ambiental na Constituição Federal e Estadual; • Argumentar a Legislação específica sobre as unidades de conservação, poluição e licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISNAMA COMPETÊNCIA DO CONAMA CONDIÇÕES ATENUANTES E AGRAVANTES INSTRUMENTOS DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DIREITO DE PETIÇÃO DIREITO DE CERTIDÃO LICENÇAS AMBIENTAIS LICENÇA PRÉVIA - LP EIA/RIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA INSTITUIÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ATIVIDADES MODIFICADORAS DO MEIO AMBIENTE VANTAGENS DA AIA INCERTEZAS DA AIA CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DESCRIÇÃO DO PROJETO E SUAS ALTERNATIVAS DETERMINAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO IDENTIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ESTUDO E DEFINIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS MÉTODOS APLICÁVEIS CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE AIA MÉTODOS "AD HOC" OU ESPONTÂNEOS CHECK LIST OU LISTAGEM DE CONTROLE MATRIZES SOBREPOSIÇÃO DE MAPAS DIAGRAMAS / REDES DE INTERAÇÃO MODELOS DE PREDIÇÃO GERENCIAMENTO AMBIENTAL (ISO 14.000) ISO 14.000 - GESTÃO AMBIENTAL SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL - SGA AUDITORIA AMBIENTAL AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL ROTULAGEM AMBIENTAL ANÁLISE DO CICLO DE VIDA ASPECTOS AMBIENTAIS DE NORMAS DE PRODUTOS ECOPRODUTOS E O CONSUMIDOR 'VERDE' AS 17 LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL

REFERÊNCIA BÁSICA

AMORIM, Carpena. A reparação de dano decorrente do crime. Rio de Janeiro: Espaço Jurídico, 2000. MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 11.ed. Ver. Atual, São Paulo: Malheiros Editores, 2003. NARDY, A. SAMPAIO, J. A. L, WOLD, C. Princípios de direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Marcelo Abelha, (2002). Instituições de Direito Ambiental. Vol. I. São Paulo: Max Limonad. ROMERÓ, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri: Manole, 2004. SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 4 ED. São Paulo: Malheiros,2003 ______, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. 23. ed. São Paulo: Malheiros,2004. WAINER, Ann Helen. (1999). Legislação ambiental brasileira: subsídios para história do Direito Ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense.

PERIÓDICOS

GRECO, Leonardo. (2006). A Busca da Verdade e a Paridade de Armas na Jurisdição Administrativa - Revista CEJ, Brasília, n. 35, p. 20-27, out./dez.

357	Legislação Ambiental	60
357	Legislação Ambiental	60

APRESENTAÇÃO

Legislação Ambiental no Brasil. Histórico da Legislação Ambiental do Brasil. Lei nº 6938/81 ? Política Nacional do Meio Ambiente. Princípios, objetivos e instrumentos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Lei nº 9605/98 ? Lei de Crimes Ambientais. As competências normativas e administrativas em matéria ambiental. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Licenciamento Ambiental. Planejamento Ambiental: Aspectos e Impactos Ambientais. Requisitos Legais e Outros Requisitos. Filtro de Significância, Objetivos e Metas

Ambientais. Programa(s) de Gestão Ambiental. Implementação e Operação do Sistema de Gestão Ambiental. Verificação e Ações Corretivas.

OBJETIVO GERAL

• Explicar o Histórico da Legislação Ambiental do Brasil. Lei nº 6938/81 — Política Nacional do Meio Ambiente, princípios, objetivos e instrumentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Identificar as Leis de Crimes Ambientais; • Conhecer as Responsabilidade civil, penal e administrativa; • Definir Planejamento Ambiental: Aspectos e Impactos Ambientais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A EXPRESSÃO "MEIO AMBIENTE" DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL: Evolução, CONCEITO, AUTONOMIA E PRINCÍPIOS MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL MEIO AMBIENTE NAS CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS MEIO AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO FEDERAL COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO COMPETÊNCIA COMPETÊNCIA CONCORRENTE MUNICIPAL COMPETÊNCIA **LEGISLATIVA** POLÍTICO? ADMINISTRATIVA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE ? SISNAMA INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Licenciamento Ambiental no Brasil Avaliação de Impacto Ambiental ? Estudo de Impacto Ambiental Audiência Pública RESOLUÇÃO CONAMA 09, de 03.12.87 ESFERAS DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL Responsabilidade Administrativa Responsabilidade Civil ? Ação Civil Pública/Inquérito Civil Público Responsabilidade Penal Ambiental ? Infrações Penais Ambientais Antecedentes e Evolução da Proteção Penal do Meio Ambiente A Nova Disciplina Penal Ambiental ? Inovações da Lei 9.605/98 TIPOS DE POLUIÇÃO Poluição Hídrica Poluição Atmosférica Poluição por Rejeitos perigosos Poluição por Agrotóxicos Poluição Sonora Poluição por Resíduos Sólidos ? Lixo RECURSOS HÍDRICOS E A NOVA DISCIPLINA LEGAL TUTELA JURÍDICA FLORESTAL CÓDIGO FLORESTAL (Lei 4.771, de 15.09.65) Áreas de Preservação Permanente Reserva Florestal Legal Unidades de Conservação Unidades de Proteção Integral Estações Ecológicas Reservas Biológicas Parques Florestais Refúgios de Vida Silvestre Unidades de Uso Sustentável Áreas de Proteção Ambiental Áreas de Relevante Interesse Ecológico Florestas Nacionais Reservas Extrativistas Reservas de Fauna Reservas de Desenvolvimento Sustentável Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) LEI Nº 6.938 DE 31 DE AGOSTO DE 1981 ART. 225 CONSTITUIÇÃO FEDERAL LEI Nº 9.605, DE FEVEREIRO DE 1998

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa, Curso de Direito Ambiental, 2ª ed., Renovar, Rio - 1992. BENJAMIN, Antônio Herman (Coordenador), Dano Ambiental: prevenção, reparação e repressão (vários artigos), Edita. Revista dos Tribunais, São Paulo - 1993. FREITAS, Vladimir Passos de Freitas, Gilberto Passos de Crimes Contra a Natureza, Edita. RT, São Paulo - 1990. ______, Vladimir Passos de, Direito Administrativo e Meio Ambiente, 2ª ed., Edita. Juruá, Curitiba-1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, Antônio Herman (fundador), Direito Ambiental Revista 5, Ano 2, Edita. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997. FARIAS, Bernadete Ferreira, Lições de Direito Ambiental (para aluno de graduação), Edita. CAMPGRAF - 1998. 93 FILHO, Wanderley Rebello e Christiane Bernardo, Guia Prático de Direito Ambiental, Edita. Lúmen Juris, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1999. FREITAS, Vladimir Passos de, (organizador), Direito Ambiental em Evolução, Edita. Juruá Curitiba, 1998. MANUAL de Diretrizes Para Avaliação de Impactos Ambientais, CPRH/GTZ, Edita. Bip Comunicação e Arte, Recife - 1998.

PERIÓDICOS

MACHADO, Paulo Affonso Leme, Ação Civil Pública (ambiente, consumidor, patrimônio cultural) e Tombamento, Edita. Revista dos Tribunais, São Paulo – 1986.

76	Metodologia do Ensino Superior	30
----	--------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR — A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO — O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

469 Auditoria, Licenciamento e Certificação Ambiental 45

APRESENTAÇÃO

Auditoria Ambiental; Tipos e Funções da Auditoria Ambiental; As Vantagens, Benefícios e Desvantagens da Auditoria Ambiental; Etapas e Procedimentos; Outro Tipo de Auditoria: a Compulsória; Normas e Diretrizes Para Auditoria Ambiental; Licenciamento Ambiental: Nível Federal; Competências para o Licenciamento; As Etapas do Licenciamento e seus Prazos de Validade; Nível Estadual; Nível Municipal; Atividades Passíveis de Licenciamento Ambiental; Certificação; Os Selos Ecológicos e os Tipos de Certificação; Programas de Rotulagem; Classificação; Orgânicos ou Produtos Verdes; Certificação Florestal; Exemplo de Certificação; Implementação e Otimização de Projeto Para Certificação do MDL em Estação de Tratamento de Águas Residuárias.

OBJETIVO GERAL

• Auxiliar no processo de melhoria dos programas de controle ambiental, sendo importante o suporte e o comprometimento gerencial.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Estabelecer relações sobre a proposta de incentivo para sustentabilidade dos projetos MDL e a qualidade do efluente tratado; • Estudar os tipos e funções da auditoria ambiental; • Adquirir conhecimentos sobre os selos ecológicos e os tipos de certificação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AUDITORIA AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONCEITOS, OBJETIVOS, TIPOS, FUNÇÕES E NORMAS TIPOS E FUNÇÕES DA AUDITORIA AMBIENTAL AS VANTAGENS, BENEFÍCIOS E DESVANTAGENS DA AUDITORIA AMBIENTAL OUTRO TIPO DE AUDITORIA: A COMPULSÓRIA NORMAS E DIRETRIZES PARA AUDITORIA AMBIENTAL LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DEFINIÇÕES, CONCEITOS, NÍVEIS E NORMAS NÍVEL FEDERAL COMPETÊNCIAS PARA O LICENCIAMENTO AS ETAPAS DO LICENCIAMENTO E SEUS PRAZOS DE VALIDADE NÍVEL ESTADUAL NÍVEL MUNICIPAL ATIVIDADES PASSÍVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL CERTIFICAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E TIPOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES OS SELOS ECOLÓGICOS E OS TIPOS DE CERTIFICAÇÃO PROGRAMAS DE ROTULAGEM CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICOS OU PRODUTOS VERDES CERTIFICAÇÃO FLORESTAL EXEMPLO DE CERTIFICAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DE PROJETO PARA CERTIFICAÇÃO DO MDL EM ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009. FIRJAN — SEBRAE. Manual de licenciamento ambiental: guia de procedimento passo a passo. Rio de janeiro: GMA, 2004. SEMAD. Regularização ambiental integrada: orientação ao empreendedor. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2008. LOMBARDI, Antônio. Créditos de carbono e sustentabilidade. São Paulo: Lazuli, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 1998. BARATA, Martha Macedo de Lima. Auditoria ambiental no Brasil: Uma nova ferramenta de gestão empresarial. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. Dissertação de Mestrado. BRITES, Alice Dantas. Certificação ambiental: certificação garante origem dos produtos. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação 2007. MATALLO J. HEITOR. PADUA, E.

M. M. Ciência sociais, Complexidade e Meio Ambiente. 1.ed. Papirus, 2008. SALES, R. Auditoria Ambiental e seus Aspectos Jurídicos. São Paulo: Ltr, 2001. SANTOS, R. F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Editora: oficina de Textos, 2004. SANTOS, RAFAEL J. Antropologia para quem não vai ser antropólogo. Ed. Toma Editorial, 2005.

PERIÓDICOS

LEAL FILHO, Walter. O Brasil está atrasado em informática ambiental. Revista de Ecologia do Século 21. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=430. Acesso em 10 dez. 2008.

77 Metodologia do Trabalho Científico 6	30
---	-----------

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETACÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA **EVITAR O PLÁGIO**

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

132 Projetos, Planejamentos e Licenciamentos Ambientais 45	5
--	---

APRESENTAÇÃO

A Geografia os procedimentos de planejamento ambiental; A Política Ambiental no Brasil; Instrumentos atuais e cenários futuros para a gestão ambiental no Brasil; Meio ambiente e os ecossistema; Intervenção e gestão ambiental; Projetos e metodologias utilizadas em estudos ambientais.

OBJETIVO GERAL

• Exercer controle prévio e de realizar o acompanhamento de atividades que utilizem recursos naturais, que sejam poluidoras ou que possam causar degradação do meio ambiente.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Realizar estudo sobre os êxitos e fracassos dos projetos ambientais; • Analisar se o planejamento ambiental no Brasil considerou realmente a Agenda 21; • Explicar as competências para o licenciamento ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PROJETOS (AMBIENTAIS) 1. ÊXITO E FRACASSO DOS PROJETOS 2. ELABORAÇÃO DE UM PROJETO 3. PROJETO TAMAR 4. PROJETO BALEIA FRANCA 5. PROJETO SEMPRE-VIVA 6. INDICADORES AMBIENTAIS UNIDADE II – PLANEJAMENTOS 1. ZONEAMENTO AMBIENTAL 2. O PLANEJAMENTO AMBIENTAL, CONSIDERANDO A AGENDA 21 3. PLANEJAMENTO AMBIENTAL SOB A ÓTICA DA ISO 14001 UNIDADE III – LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS 1. HISTÓRICO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2. COMPETÊNCIAS PARA O LICENCIAMENTO DICAS DE LEITURA

REFERÊNCIA BÁSICA

CRUZ, Cláudia Coelho Anastácio. Discurso Ambiental e Planejamento Territorial na Região Sudoeste da Bahia. Ed. Edições UESB. Ano 2011. FIORILLO, Celso. ANTONIO Pacheco. Licenciamento Ambiental. Ed. Saraiva. Ano: 2011. SANTOS, Rozely Ferreira. Planejamento Ambiental - Teoria e Pratica Ed. Oficina de Textos. Ano: 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, F. J. de; Júnior, F. F. 2000. Aprendendo com projetos. Brasília: PROINFO/MEC. ARANTES, E.; ANSELMO, J.; SENISE, L. Gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Promom, 2008. BOUTINET, J. Antropologia do projeto. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. FREIRE, F. M. P.; PRADO, M. E. B. B. Projeto pedagógico: pano de fundo para escolha de um software educacional. In: Valente, J. A. (Org.). O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP-NIED, 1999. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (Org.). Autonomia da educação: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997. HEIDEGGER, M. Ser e tempo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. MACHADO, N. J. Cidadania e educação. São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

PERIÓDICOS

FLORIANO, E. P. Planejamento Ambiental. Caderno Didático nº 6. 1ª ed. Santa Rosa, 2004.

4599 Certificação Série Iso 14000 - Gestão Ambiental	60
--	----

APRESENTAÇÃO

Conceitos, tipos de certificação ambiental; Série ISO 14000; ISO 14001 (Requisitos legais, política ambiental, Planejamento -aspectos ambientais, requisitos legais, objetivos, metas e programas ambientais; Implementação e Operação -recursos, funções, treinamento, conscientização e competências, comunicação interna e externa, controle operacional, controle de documentos e preparação e resposta a emergências; Verificação -monitoramento, atendimento a requisitoslegais, controle de registros, não conformidades, auditoria interna e análise pela alta administração).

OBJETIVO GERAL

Garantir a coleta de informações necessárias sobre os requisitos legais, política ambiental, planejamento - aspectos ambientais, requisitos legais, objetivos, metas e programas ambientais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Argumentar sobre a influência da variável ecológica nas unidades administrativas;
- Refletir a inserção da questão ambiental no ambiente empresarial;
- Adquirir conhecimentos para entender a definição da sistemática de auditoria do SGA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A INSERÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL CONCEITO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL AS NORMAS DA SÉRIE ISO 14000 OS FATORES QUE MOTIVAM A IMPLANTAÇÃO DE UM SGA – ISO 14001 INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL ECOLÓGICA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS INTEGRAÇÃO DO SGA A OUTROS SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A ISO 14001 AS FASES DE IMPLANTAÇÃO DE UM SGA ISO 14001 FASE DE PLANEJAMENTO

REQUISITOS LEGAIS E OUTROS REQUISITOS AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS ELABORAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL ELABORANDO OS OBJETIVOS E AS METAS IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL FASE DE IMPLANTAÇÃO FASE DE VERIFICAÇÃO E AÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO E MEDIÇÕES NÃO CONFORMIDADE E AÇÃO CORRETIVA/PREVENTIVA ESTABELECIMENTO DO CONTROLE DE REGISTROS DEFINIÇÃO DA SISTEMÁTICA DE AUDITORIA DO SGA REALIZAÇÃO DA REVISÃO CRÍTICA PELA GERÊNCIA.

REFERÊNCIA BÁSICA

DAVIGNON, A. Normas ambientais ISO 14000. Rio de Janeiro: CNI/DAMPI, 1996.

GILBERT, M.J. ISO 14001/BS 7750 Sistemas de gerenciamento ambiental. ED. IMAM, 1995.

MAIMON, D. ISO 14001. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

PALADINI, E.P. Controle de Qualidade: Uma abordagem Abrangente. São Paulo, Atlas, 1990.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.R. (coord.) Planejamento Ambiental. Rio de Janeiro. Thex, 1993.

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na Empresa. São Paulo. Atlas. 1995.

DONATI, R.F.R. Estruturação de Sistemas da Qualidade com Utilização de Técnicas de Modelagem de Empresa-Assistida pro Computador. Dissertação de Mestrado. São Carlos, EESC-USP, 1996.

FEIGENBAUM, A.V. Controle da Qualidade Total. São Paulo. Makron. 1994.

PERIÓDICOS

BERNDT, A; COIMBRA, R. As organizações como sistemas saudáveis. In Revista jul – ago /1995, p 33-41.

4600 Sistema de Gestão Ambiental	30
----------------------------------	----

APRESENTAÇÃO

As consequências do progresso em relação ao meio ambiente; Acidentes decorrentes da Revolução Industrial e a pressão sobre a indústria; A evolução da Gestão Ambiental; O Sistema de Gestão segundo a série ISO 14000; Sistema de Gestão Ambiental importância e implementação; Norma ISO 14001 como um Modelo Padrão Internacional de Gerenciamento Ambiental; A importância da Legislação Ambiental no processo de Gestão; Plano de Gerenciamento de Resíduos Serviços de Saúde-PGRSS; Tecnologias para tratamento de afluentes e efluentes.

OBJETIVO GERAL

Estudar sobre os princípios básicos de minimização dos impactos ambientais nas organizações, a definição e a metodologia de produção mais limpa, a implantação de sistemas de gestão ambiental e responsabilidade social empresarial.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Reflexões em torno dos fundamentos teóricos e conceituais da gestão ambiental e da responsabilidade social empresarial;
- Posicionar-se sobre o Sistema de Gestão Ambiental, seus benefícios e adequação à norma ISO 14001, visando à minimização dos impactos causados ao meio biótico, abiótico e antrópico e a sustentabilidade do planeta;
- Conhecer, estudar e refletir sobre as diretrizes gerais na implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) para certificações ambientais globais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A INSERÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE EMPRESARIAL CONCEITO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL AS NORMAS DA SÉRIE ISO 14000 OS FATORES QUE MOTIVAM A IMPLANTAÇÃO DE UM SGA – ISO 14001 INFLUÊNCIA DA VARIÁVEL ECOLÓGICA NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS INTEGRAÇÃO DO SGA A OUTROS SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E A ISO 14001 AS FASES DE IMPLANTAÇÃO DE UM SGA ISO 14001 FASE DE PLANEJAMENTO REQUISITOS LEGAIS E OUTROS REQUISITOS AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS ELABORAÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL ELABORANDO OS OBJETIVOS E AS METAS IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL FASE DE IMPLANTAÇÃO FASE DE VERIFICAÇÃO E AÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS REALIZAÇÃO DE MONITORAMENTO E MEDIÇÕES NÃO CONFORMIDADE E AÇÃO CORRETIVA/PREVENTIVA ESTABELECIMENTO DO CONTROLE DE REGISTROS DEFINIÇÃO DA SISTEMÁTICA DE AUDITORIA DO SGA REALIZAÇÃO DA REVISÃO CRÍTICA PELA GERÊNCIA.

REFERÊNCIA BÁSICA

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 14.001 Sistema de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso.

ABNT, Rio de Janeiro, 2004. ASSUMPÇÃO, L. F. J. Sistema de Gestão Ambiental – Manual prático para implementação de SGA e certificação ISO 14.001/2004. 3ª Edição, Curitiba: Juruá, 2011.

CAPRA, F. Alfabetização Ecológica: O Desafio para a Educação do Século 21. In: TRIGUEIRO, A. Meio Ambiente no Século 21. Sextante, Rio de Janeiro, 2ª Ed., 2003.

SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental – Instrumentos, Esferas de ação e Educação Ambiental. 2ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.R. (coord.) Planejamento Ambiental. Rio de Janeiro. Thex, 1993.

CAMPOS, V.F. O valor dos recursos humanos na era do conhecimento. Belo Horizonte. QFCO. 1995. SÃO PAULO, ESTADO.

SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE. ISO 1400: Sistema de Gestão Ambiental. In Entendendo o Meio Ambiente. São Paulo. v. 14. 1998.

SEBRAE. Programa SEBRAE de Qualidade Total para Micros e Pequenas Empresas .Brasília, 1994.

VALLE, C.E. Como se preparar para as Normas ISO 14000. São Paulo. Pioneira. 1995.

PERIÓDICOS

BERNDT,A; COIMBRA,R. As organizações como sistemas saudáveis.In Revista jul - ago /1995, p 33-41.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30
20	Traballo de Collolada de Carso	00

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O especialis	ta e	em proje	etos e	e licenciamer	ntos a	mbient	ais	poder	á atuar	no	plan	ejamento,	coor	denação e
implantação	de	sistema	as de	crescimento	suste	entável	na	área	socioan	nbie	ntal,	atendendo	as	demandas
concretas e	urge	entes da	socie	edade contem	porân	ea.								

18/10/2025 15:33:56